

MUSEU DE MACAU E O TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE JESUS

RESULTADOS E INTEGRAÇÃO DOS VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS

CLEMENTINO AMARO Arqueólogo, coordenador do projecto de arqueologia para a instalação do Museu de Macau

ARMANDO SABROSA Arqueólogo (1965-2006), técnico de campo do projecto do Museu de Macau e do Pátio da Ameaça

RESUMO A partir de um percurso de aproximação à Península de Macau por parte dos comerciantes portugueses, em simultâneo faz-se uma abordagem à participação da Companhia de Jesus no processo de fixação e de missionação no Extremo Oriente. Num segundo momento põe-se em destaque os insuspeitados vestígios patrimoniais da Companhia, resgatados e valorizados no decurso da construção do Museu de Macau.

Por fim faz-se uma aproximação e uma contextualização da porcelana exumada na Fortaleza do Monte.

PALAVRAS-CHAVE Macau, Companhia de Jesus, musealização, comércio, porcelana

1. INTRODUÇÃO

Distam precisamente quatro séculos entre a inauguração do Colégio de S. Paulo (1594) e a aprovação, pela Administração do Território de Macau, para a instalação do *Museu de Macau* na Fortaleza do Monte, – construção esta iniciada pelos Jesuítas em 1617 e concluída em 1626, já por iniciativa do primeiro governador de Macau, D. Francisco de Mascarenhas.

A fortaleza e as Ruínas de São Paulo são o testemunho do que foi o imponente território da Companhia de Jesus, sobranceiro à zona comercial do Porto Interior, constituído, para além da cerca que o delimitava mas também o defendia, pela casa religiosa, igreja, colégio e outras dependências, e a fortificação, constituindo-se numa assumida *acrópole* de Macau (Pereira, 1998). Os padres jesuítas seguem de perto as várias iniciativas de aproximação ao mar do sul da China por parte dos mercadores portugueses, em particular a partir do momento da conquista de Malaca (1511), cidade frequentada por mercadores chineses, guzarates e muçulmanos devido ao seu excelente posicionamento entre a baía de Bengala e a China Meridional.

O ano de 1513 marca a primeira aproximação ao território chinês por Jorge Alvares a fim de aprofundar informações comerciais. A nível diplomático, o boticário Tomé Pires, responsável pela feitoria de Malaca, é escolhido como primeiro embaixador a enviar à China, para onde parte em 1516. A missão pauta-se por um desastre no ano seguinte e Tomé Pires acaba cativo em Cantão (Magalhães, 1998, p. 332).

Os anos 30 e 40 resultam num comércio clandestino e numa regular abordagem aos mares da China meridional a par de diligências e contactos no sentido de estabelecer um ponto fixo para trocas comerciais em vez de comerciar a partir dos navios, ao largo da costa, ou em estabelecimentos de trocas periódicas. Na sequência desta intensa navegação os portugueses acabam por atingir o Japão por volta de 1542 ou 1543.

Neste período as relações diplomáticas entre a China e o Japão estão cortadas e o comércio suspenso na sequência das sistemáticas rapinas causadas na costa chinesa por piratas nipónicos. Tendo as duas potências necessidade de troca de bens entre si, com destaque para a seda chinesa de qualidade superior e a prata nipónica, é o momento propício para os mercadores portugueses desempenharem o papel de intermediários, do qual virá a resultar grandes rendimentos económicos na realização anual da viagem entre Goa, Macau e Nagasaki (Chaudhuri, 1998, p. 182-183).

A primeira referência à China conhecida na correspondência dos jesuítas surge numa carta de S. Francisco Xavier datada de 10 de Maio de 1546, sendo a partir deste momento manifesto o desejo de missionação do Império do Meio. Na sequência do atrás referido comércio triangular, o padre Francisco Xavier aportou ao Japão em Agosto de 1549 (Garcia; Loureiro, 1994, p. 21). Por fim os mercadores portugueses acabam por alcançar a tão desejada autorização por parte das autoridades de Cantão para a criação de um estabelecimento permanente, na sequência do recente acordo verbal obtido por Leonel de Sousa com as autoridades locais



1. Macau. Óleo sobre tela de William Andersen (escola escocesa, 1757-1872), (pormenor). Igreja de S. Paulo ao fundo, com torre sineira adossada à fachada, lado esquerdo.

com a concretização de trocas comerciais periódicas nas ilhas do litoral.

Os portugueses estabelecem-se na península de Macau em 1557, no delta do rio das Pérolas, porto abrigado e com aguada, local onde existe uma aldeia de pescadores e relativamente próximo da cidade de Cantão. Esta base fixa dá resposta ao grande aumento de comércio com o Japão, vindo a ter relevância o célebre navio de grande capacidade (cerca de 700 a 1000 toneladas e até 200 passageiros a bordo) que larga de Macau na monção de Junho-Julho e chega a Nagasaki por meados de Agosto, – *a Nau do Trato*.

Os Jesuítas fixam-se no território logo em 1565 com a construção, ainda precária, da primeira residência da Companhia e capela. Começam por prestar apoio moral à comunidade portuguesa, que já perfaz cerca de meia centena de almas, e cuja assistência inclui arbitrar conflitos que surgem no quotidiano, já que a autoridade no território é ainda inexistente, apesar de o capitão da viagem anual ao Japão desempenhar o papel de governador temporário durante a sua estadia em Macau.

Surge, assim, a necessidade, entre a comunidade mercantil aí residente, da criação do município de Macau, formalizando-se, desta forma, um regular enquadramento político-administrativo no território (Hespanha, 1995, p. 17). É criado o Leal Senado de Macau em 1583 e a povoação é confirmada cidade, com a denominação "*Cidade do Nome de Deus na China*", pelo Vice-Rei da Índia D. Duarte de Menezes logo em 10 de Abril de 1586 (Silva, 1992).

Em 1572 é construída uma escola para apoio aos missionários que vão para o Oriente. Entretanto é criada a diocese de Macau em 1576 com jurisdição na China, Japão, Coreia e ilhas adjacentes. D. Belchior Carneiro Leitão é o Bispo-Governador, da Companhia de Jesus, sendo ainda o fundador da Santa Casa da Misericórdia de Macau (Silva, 1992).

Macau passa a partir de agora a funcionar como base

logística na formação de várias gerações de missionários, recebendo uma formação básica e onde aprendem a língua e os costumes locais, seguindo posteriormente para a China, Japão e outros destinos, num vasto plano evangelizador.

Por proposta de 1592 do Visitador, Padre Alexandre Valignano, inicia-se a construção, em 1594, do marcante complexo de igreja, residência e colégio. A escola é elevada a Colégio (de S. Paulo), instituição referida por alguns especialistas como o primeiro centro universitário de tipo europeu no Extremo-Oriente (Carmo, 1994; Santos, 1994). Um incêndio na primitiva igreja, irá proporcionar a construção entre 1602 e 1603 da majestosa igreja da Madre de Deus e da monumental escadaria de acesso, com o contributo de meio por cento do florescente lucro do comércio vindo do Japão (fig. 1).

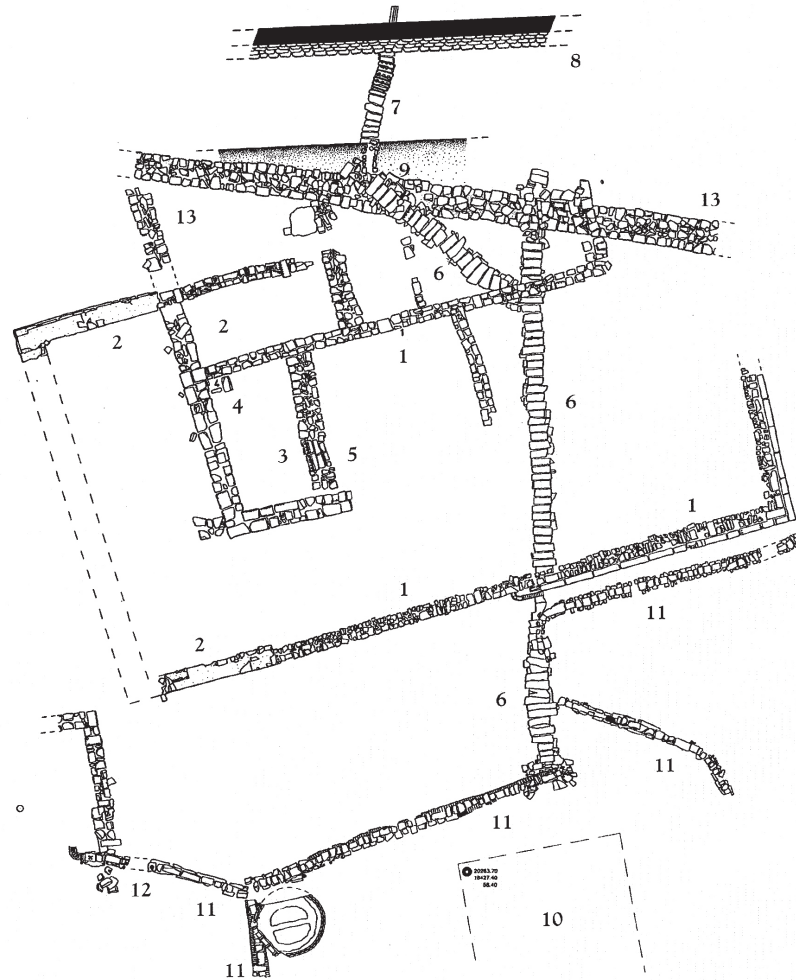
Este vasto território, de cariz religioso e de ensino, compreende, no essencial, a igreja, o colégio (com destaque para os espaços de Filosofia, Teologia e Latim), casa professa, enfermaria, botica, pátios, e hortas, todos eles rodeados por uma cerca, entretanto articulada com a construção da fortaleza, dentro da concepção medieval que considera o edifício do colégio como "*hortus conclusus*", atitude reforçada pela recomendação expressa de as portas da portaria se manterem em permanência fechadas sob a vigilância do porteiro (Amaro, 1998, p. 119).

A partir das pesquisas históricas e arqueológicas, estas decorridas entre 1990 e 1993 (Paixão, 1994), a igreja apresenta uma planta em cruz latina, com capela-mor profunda, num esquema tipicamente basilical (Pereira, 1998, p. 29). Filia-se na última fase do maneirismo europeu, com integração de formas e símbolos orientais. Destaque para as capelas laterais das Onze Mil Virgens, de Jesus e de S. Francisco Xavier (fundada em 1692) (fig. 4, n.º 6 F).

O modelo de planta em cruz latina de três naves com transepto saliente foi utilizado pela Companhia em diferentes países, embora estranho à tradição jesuítica portuguesa (Pereira, 1994, p. 72).

A Fortaleza de S. Paulo do Monte destaca-se no alto da colina sobranceira ao Colégio a uma altitude de 52 metros (fig. 1). A sua construção foi iniciada pelos padres jesuítas em 1617, sendo a primeira fortificação permanente edificada em Macau, na sequência de vários ataques e tentativas de ocupação do território desencadeados pelos Holandeses a partir de 1601. A última tentativa de tomada da cidade ocorre a 24 de Junho de 1622, com a vitória memorável de escassos militares e religiosos, já que os cerca de 800 homens da armada holandesa ao desembarcarem em Cacilhas, o seu paiol é atingido por dois tiros certos de artilharia a partir da inacabada Fortaleza do Monte (Teixeira; Silva, 1998 p. 84-85).

- 1- Vestígios da casa do Governador
- 2- Ampliação do núcleo original
- 3- Torre Cavaleira
- 4- Caixa de lançamento da escada
- 5- Porta com duplo sistema de encerramento
- 6- Esgoto central
- 7- Esgoto central com reconstrução pouco elaborada
- 8- Muralha com vestígios de reconstrução em período tardio
- 9- Parede de contenção de terras, em chunambo
- 10- Cisterna mandada executar em 1904, no local da primitiva
- 11- Rede de esgotos secundários
- 12- Ralo



2. Levantamento geral da Casa do Governador e sistema de drenagem.

Nesta sequência, o vice-rei da Índia nomeia D. Francisco Mascarenhas como Capitão-Geral e primeiro Governador de Macau. Toma posse em Julho de 1623 e usurpa a fortaleza aos jesuítas onde instala a sua residência (Pires, 1994).

Já sob a sua iniciativa, é construído o quarto bastião da fortaleza e a torre cavaleira com três andares de artilharia, casa para o governador (figs. 2 e 3) e alojamentos para a guarnição (obras concluídas em 1626), a cidade é dotada de uma muralha e é aperfeiçoado o sistema de fortificação do território (fig. 1).

2. A ESCAVAÇÃO E SUA INTERACÇÃO NO PROJECTO

As instalações do edifício do museu foram projectadas para o local onde funcionava a Direcção dos Serviços de Meteorologia e Geofísica de Macau desde 1965, data em que a fortaleza foi entregue ao Governo da província de Macau. Aqueles serviços herdaram o edifício que albergou o Quartel de Artilharia aqui

instalado após obras de remodelação, por iniciativa do Governador Visconde de S. Januário, a partir 1 de Julho de 1873 (Cação, 1998, p. 102). A fachada do actual museu, ao nível da esplanada da fortaleza, reproduz a fachada ameada que subsistiu na fase da estação meteorológica (Moreno, 1998, p. 189).

Os **acessos** quer ao edifício administrativo como ao museu (ao longo da encosta do Monte) foram concebidos atravessando parte do antigo território onde funcionou o Colégio de S. Paulo, destruído por um violento incêndio em 1835, do qual subsistiu a imponente fachada da Igreja e a respectiva escadaria monumental.

A parte inicial do acesso nasce no seguimento da escadaria de S. Paulo e o percurso, de âmbito pedonal na zona plana, desenvolve-se em passadiço sobrelevado à área da antiga portaria do colégio e da ala sul do claustro, estruturas identificadas no decurso da escavação arqueológica (fig. 4, n.º 10 e 11) (Amaro, 1998, p. 144-145). O passadiço permite, com base na **musealização do sítio**, o usufruto desta memória ao público em geral, apoiada em sinalética trilingue, após



3. Vista aérea da Fortaleza do Monte com as estruturas da primitiva Casa do Governador e da torre Cavaleira.

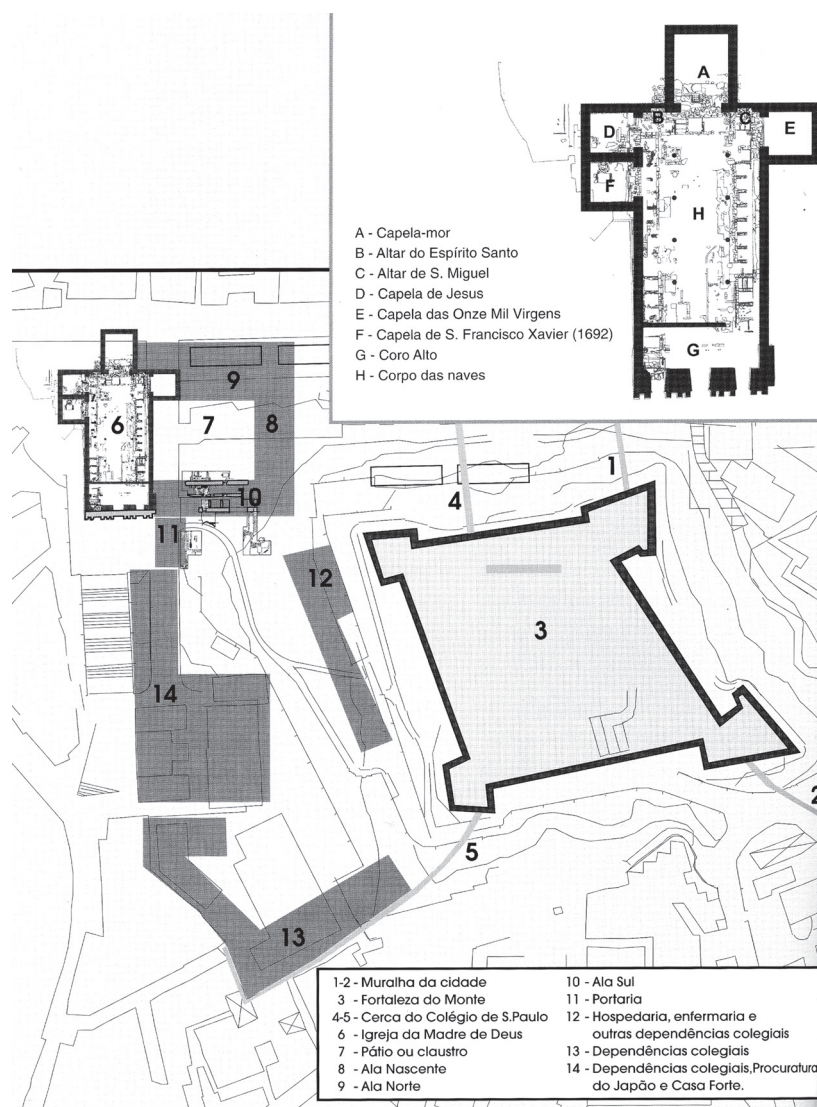
um especializado trabalho de conservação e restauro, incluindo alteamento de muros, realizado na tradicional técnica de chunambo (taipa) (figs. 5 e 6).

O acesso alcança o edifício administrativo, agora em escada rolante, devido ao acentuado desnível do terreno, até ao topo da colina. Construído na área imediatamente exterior à fortaleza, no local onde identificámos

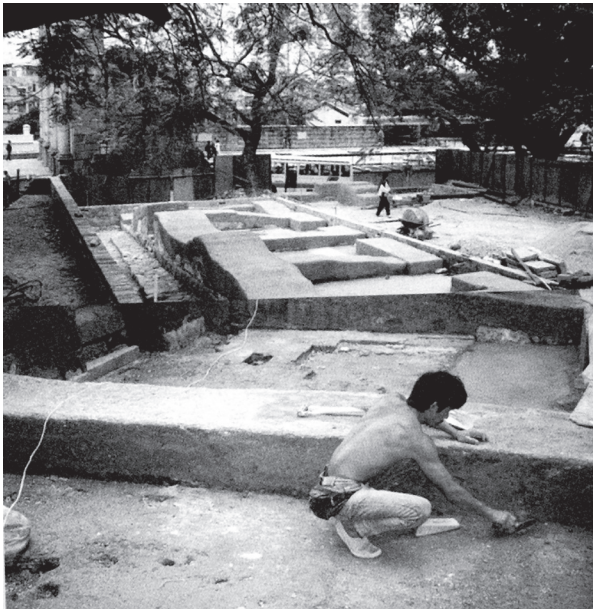
um troço da primitiva cerca do Colégio de S. Paulo, este edifício apresenta um contraforte “marcando” o local onde persistiu aquele vestígio (fig. 4, n.º 4).

Construção com vocação administrativa e de apoio técnico, tem cinco pisos a partir da base da encosta norte. Ao nível do seu piso superior foi realizada uma arrojada obra de engenharia em que o acesso à esplanada da fortaleza e ao edifício do museu, concebido este em três pisos (dois enterrados), é efectuado através de um túnel subterrâneo percorrido por uma escada rolante ascendente e descendente (Moreno, 1998, p. 178-179). O túnel foi aberto sob a base da fundação da fortificação e atinge o interior da mesma ao nível do átrio do Museu, a uma cota de seis metros abaixo da esplanada, mantendo-se, desta forma, a integridade do monumento, bem como a preservação das características paisagísticas da colina.

Chegados ao átrio, aqui foi integrado e valorizado um troço de uma insuspeitada muralha em alvenaria de pedra, com cerca de 5.50 m de altura (fig. 7, n.º 4) e



4. Planta geral do antigo território da Companhia de Jesus (Pereira, 1998, p. 26).



5 e 6. Sequência de cubículos do claustro (tramo sul); ao fundo, à esquerda, perfil da fachada de S. Paulo. Restauro do pavimento de um dos cubículos.

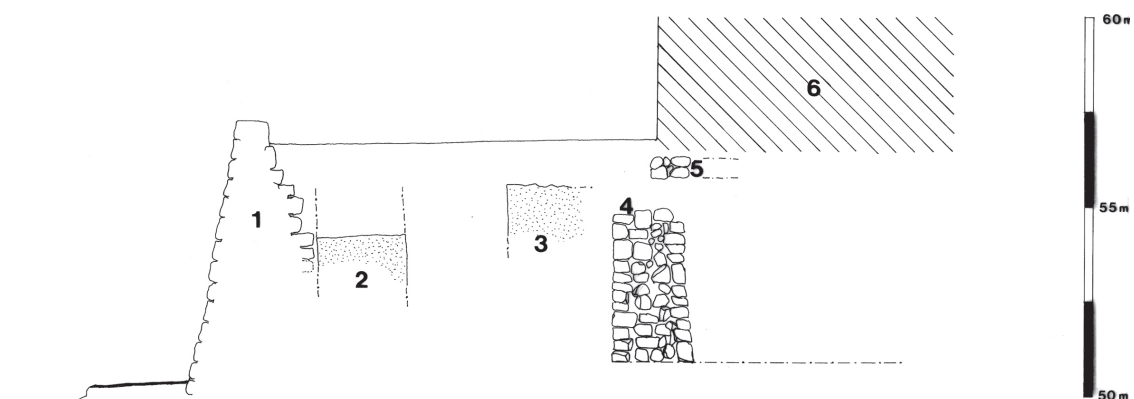
que remonta ao primeiro momento de fortificação do território da Companhia de Jesus, presumivelmente durante a campanha de construção da cerca do colégio concluída em 1606 na sequência dos ataques regulares dos Holandeses ao território. A muralha, que atravessava toda a área escavada, num total de 33 metros, possui uma largura na base de 2.00 m e no topo de 1.80 m. o que contribui para a sua estabilidade (Amaro, 1998, p. 130).

É de realçar que a concretização do projecto inicial de obra foi evoluindo no sentido de integrar vestígios arqueológicos e memórias que valorizassem a compreensão do que foi o antigo território do Colégio de S. Paulo, tendo

mesmo levado a alterações significativas na construção do edifício do Museu, como o inesperado aparecimento da sólida muralha que remonta a uma fase anterior à construção da fortaleza (Moreno, 1998, p. 178 e 182-183). Saliente-se que um segundo percurso de visita à Fortaleza e, a partir da sua esplanada, ao Museu, foi igualmente valorizado, com acesso aos vestígios arqueológicos do Colégio e claustro, e que atravessa o antigo pátio, ladeado pela hospedaria e enfermaria (fig. 4, n.º 12) e por dependências colegiais (fig. 4, n.º 14), por um percurso pedonal que leva à porta de armas, esta localizada a meio do pano da muralha sul (fig. 1) e defendida pela Cerca do Colégio de S. Paulo, a poente (fig. 4, n.º 5) e pela muralha da cidade, a nascente (fig. 4, n.º 2). Da visita às muralhas exteriores da fortaleza, com panos de alvenaria de pedra e outros de chunambo, destaque, no seu lanço oeste, para a galeria de descarga original da cisterna, atribuída ao primeiro quartel do século XVII, e que sofreu intervenção arqueológica.

Os trabalhos arqueológicos privilegiaram, como tal, dois locais – Fortaleza e área do antigo Colégio – onde se procedeu a uma intervenção em área. Na envolvente exterior às muralhas realizaram-se duas intervenções pontuais. Já no seu interior, para além da intervenção no edifício dos serviços meteorológicos, realizaram-se sondagens em três dos quatro bastiões.

De acordo com a programação da obra, iniciou-se logo no Verão de 1995 um conjunto de sondagens nas áreas do Colégio e da Fortaleza. Perante os promissores e imediatos resultados obtidos, a equipa de arqueologia reestruturou-se no sentido de dar resposta a três áreas específicas: escavação arqueológica em área, tratamento do material exumado e conservação e restauro de estruturas. Em simultâneo foram previstos



- 1 - Pano Norte da Fortaleza em alvenaria
- 2 - Pano Norte primitivo em chunambo
- 3 - Parede em chunambo de contenção de terras
- 4 - "Muralha". Troço I
- 5 - Alicerces do compartimento da Casa do Governador
- 6 - Edifício dos Serviços de Meteorologia e Geofísica de Macau

Fortaleza do Monte

N ← corte A-B

7. Corte do pano da muralha norte da Fortaleza do Monte (n.º 1); muralha primitiva atribuída a 1606 (n.º 4) e muros de contenção.

os meios logísticos, técnicos, financeiros e humanos¹ necessários para se atingirem os objectivos propostos, administrativamente enquadrados pelo Gabinete do Museu de Macau.

A ausência de uma prática arqueológica regular no Território de Macau promoveu a formação de noções básicas em técnicas de escavação, registo arqueológico, topografia, conservação e inventário de materiais. Estas acções contemplaram trabalhadores locais e jovens de etnia chinesa, alunos da Escola Secundária Luso-Chinesa Luíz Gonzaga Gomes, que durante três anos participaram, com muito êxito e adesão, no Programa “Trabalho de Verão no Museu de Macau”.

3. DO ESPÓLIO EXUMADO À SUA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

O volume e significado do material arqueológico exumado nas diferentes frentes intervencionadas permitiram desenvolver um programa de musealização tendo como objectivos primordiais “o contar a história da Fortaleza do Monte e da sua área monumental envolvente”, de se constituir um *núcleo expositivo na Sala Abobadada do bastião nordeste*, historiando os trabalhos arqueológicos ali desenvolvidos e a ocupação do morro, com acesso a partir da esplanada da fortaleza (Amaro, 1998, p. 150-152).

As peças expostas no núcleo foram previamente seleccionadas, a partir dos conjuntos a seguir descritos, e sujeitas a trabalhos de limpeza e a diferentes níveis de restauro atendendo às suas características, estado de conservação e diálogo a estabelecer com o visitante.

O bastião nordeste foi o único dos quatro que não sofreu qualquer acção de entulhamento. Apresenta as aberturas gradeadas, ao fim de dois lanços de escada, revelando a sua função de prisão.

Como consequência da utilização do espaço do desaparecido Colégio como uma das lixeiras da cidade, nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, recolheu-se um significativo volume de espólio, nomeadamente cerâmico, sobre os pavimentos e em fossas escavadas para o efeito no solo de base (fig. 8).

Aliás o espaço do antigo Colégio e do claustro, após o incêndio de 1835, foi local de práticas de agricultura, bairro de lata, abertura de novas vias, demolição de muros ainda de pé do colégio, em 1934, para construção de aterros na Praia Grande, e, por fim, construção do Bairro do Montepio (recentemente demolido para alargamento do parque de estacionamento de apoio ao museu,

1. Para além dos técnicos de campo Armando Sabrosa, José Luís Monteiro e Victor Santos, foram integradas as técnicas Ana Margarida Monteiro e Natalina Guerreiro respectivamente para as áreas de conservação e restauro e tratamento e inventário de materiais.



8. Escavação e registo na área do Colégio; contexto da lixeira de finais do século XIX.

com acompanhamento arqueológico) e de um jardim público nos anos 50 do século passado.

De acordo com a natureza das peças exumadas, o seu estudo incidiu ao nível da função das mesmas no quotidiano da população, já que muitas delas subsistem ainda hoje no dia a dia ou fazem parte da memória dos mais velhos².

A área arqueológica intervencionada proporcionou uma vasta colecção numismática que inclui exemplares que circularam durante vasto período e integram-se maioritariamente na dinastia Qing³.

Nos entulhos do Colégio de S. Paulo foram recolhidos dois artefactos em sílex. Embora fora do seu contexto original, a sua presença indicia um primeiro testemunho registado da ocupação do período Neolítico na península de Macau. Corresponderá a um assentamento humano com cerca de cinco ou seis mil anos, à semelhança de vários locais já identificados no Delta do Rio das Pérolas (nos quais se integra o sítio de Hac-Sá na ilha de Coloane) e que apresentam notórias afinidades entre si resultantes do contacto marítimo (Tang; Cheng, 1996). Uma das peças corresponde a um núcleo (?) com marca de ter sido retirada uma lasca, e que atingiu o máximo de rolamento pelo seu transporte a longa distancia. A segunda peça ilustra um entalhe sobre lasca para trabalho de fibras vegetais⁴.

2. Tivemos a imprescindível colaboração do técnico do Museu Marítimo de Macau, Sr. Leonel Barros, na atribuição de funções ao vasilhame como na recuperação de antigas receitas de Macau.

3. O estudo numismático e de inscrições foi realizado por Olga, Wu Sok Va, (do então Gabinete do Museu de Macau, actualmente técnica do Museu de Macau), com a colaboração de Hoi Weng São.

4. Descrição gentilmente efectuada pelo Dr. Luís Raposo do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

As duas peças inserem-se na chamada "*Cultura Tai Wan*", conceito formulado pelo investigador Tang Chung da Universidade Chinesa de Hong Kong.

Da Fortaleza do Monte há a destacar apenas o conjunto de porcelanas exumadas sob o alicerce de uma das paredes da Casa do Governador. Esta parede integra-se na fase de obras de ampliação do edifício decorridas em meados ou no 3.º quartel do século XVII. Na sua construção foram usados blocos de granito de menor dimensão, em relação à construção primitiva, e bem argamassados. O alicerce evidenciava duplo ressalto, na sua face externa.

O conjunto pertence ao período Ming Final/Qing Inicial, correspondendo a uma cronologia que se enquadra no segundo e terceiro quartel do século XVII. As porcelanas do Pátio da Ameaça encontram-se dentro do mesmo arco cronológico, ou seja, meados do século XVII.

Esta significativa presença em Macau de porcelana atribuível a este período, em contraste com uma modesta representatividade em Portugal, poderá estar relacionada com o controlo comercial do Extremo Oriente agora assegurado maioritariamente pelos Holandeses.

4. ABORDAGEM À PORCELANA DA FORTALEZA DO MONTE

O estudo aqui apresentado da porcelana exumada na Fortaleza do Monte resulta de uma abordagem mais vasta desenvolvida no decurso do Projecto de Investigação "**De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming**", sob a orientação de Maria Antónia Pinto de Matos e Fernando António Baptista Pereira.

Este projecto resultou da atribuição de uma bolsa para os estudos asiáticos por parte do Instituto Cultural de Macau a um dos autores do presente estudo (A.S.) na sequência dos trabalhos arqueológicos iniciados em 1995, no Colégio de S. Paulo e na Fortaleza do Monte, cuja candidatura foi formalizada em 2001, e ficou concluído em Novembro de 2003 (Sabrosa, 2003).

O projecto foi delineado a partir de seis colecções de diversificados sítios tendo como denominador comum a presença de porcelanas datáveis da fase final da Soberania Dinástica Ming (Dinastia Ming; com início em 1368, com a derrota Mongol, até 1644).

As três colecções oriundas de Macau estão associadas, cada uma delas, aos três estratos sociais; clero, burguesia e nobreza.

Assim, a primeira colecção de porcelanas é proveniente de obras realizadas nos jardins da Igreja de S. Agostinho, fundado em 1586. A recolha foi efectuada por membros da Associação Cultural de Macau em 1995.

Obras de construção civil realizadas em 1996 possibilitaram à equipa de arqueologia proceder a sondagens no Pátio da Ameaça, situado nas imediações da escadaria monumental da Igreja de S. Paulo, onde se localizaria um dos bairros de mercadores sobranceiro ao Porto Interior a partir de finais do século XVI/inícios do século XVII, e de onde provem o segundo conjunto de porcelanas (Sabrosa, 1996).

Apesar de percentualmente pouco significativa, é de registar neste contexto a presença de alguma cerâmica portuguesa, como a faiança.

O terceiro conjunto foi exumado na Fortaleza do Monte, numa bolsa sob uma das paredes de ampliação do Palácio do Governador, obra de meados do século XVII (fig. 2, n.º 2, parede sul).

A presença de porcelana no mercado regular de Lisboa acontece logo na primeira década do século XVI no seguimento das peças trazidas de Calecut por Vasco da Gama e oferecidas à rainha na recepção realizada no palácio da Alcáçova. Os armazéns da Casa da Índia registam a entrada de cerca de sete centenas de peças de porcelana entre Fevereiro de 1511 e Abril de 1514 (Dias, 1998, p. 438).

A descrição de Tomé Pires sobre as mercadorias transaccionadas no comércio asiático, com passagem por Malaca (na sua obra *A Suma Oriental* de cerca de 1515, citada por Magalhães), para além da principal mercadoria que é levada para Bengala, como a cânfora de Burnei e pimenta, refere "*Cravo, maçãs, noz-moscada, sândalos, seda, aljôfar, grande soma, porcelanas brancas muitas, cobre, estanho, chumbo, azougue, porcelanas grandes verdes dos Léquios...*" (Pires, 1978).

Nos trabalhos arqueológicos que decorreram no edifício do Aljube de Lisboa (2004/2005) foi exumado um pequeno prato de porcelana branca, testemunhando a presença daquele tipo de porcelana logo na primeira ou segunda década de quinhentos⁵.

A precoce presença de porcelana no cárcere do foro episcopal, paredes-meias com a sé, poderá dever-se, como proposta de trabalho, às relações próximas que D. Manuel I mantinha com o episcopado de Lisboa. A porcelana em presença no Aljube corresponde a loiça doméstica, essencialmente de ir à mesa, e não "loiça de aparato" (Amaro; Santos, 2005).

As três colecções oriundas da área de Lisboa pertencem a sítios com características distintas. Assim, um dos conjuntos de porcelanas está associado ao primeiro palácio dos Corte Real, destruído pelo Teramoto de 1531 e identificado no decurso de trabalhos arqueológicos num poço aberto para a Rede do

5. O estudo deste contexto foi realizado por José Pedro Henriques e integra o presente livro.

Metropolitano de Lisboa, ao Corpo Santo (Vale, 2001). Na sequência de obras de construção civil em Almada em finais de 1992 os serviços de Arqueologia do Museu Municipal de Almada exumaram um significativo conjunto de porcelanas na Rua da Judiaria (Antunes, 2000). Em meados da década de 90 foi exumado um pequeno mais importante conjunto de porcelanas do naufrágio da nau de Nossa Senhora dos Mártires, em inícios do século XVII na barra de Lisboa (Alves *et alli*, 1998). Estes conjuntos estão directamente associados, respectivamente, à nobreza, burguesia mercantil e à Carreira da Índia.

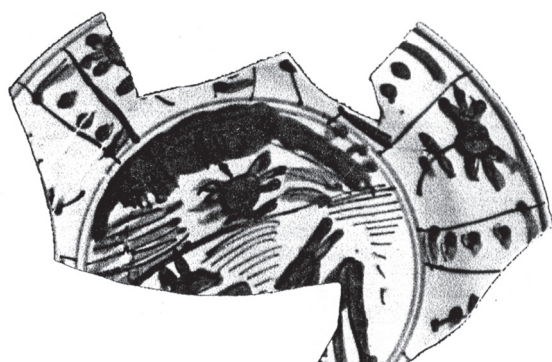
O estudo aqui esquematicamente abordado, e referente apenas ao conjunto da Fortaleza do Monte, tem como ponto de partida geral, uma metodologia que procede ao agrupamento formal e decorativo das porcelanas.

Daqui resulta numa tabela tipológica obtida através da análise morfológica, e são constituídos grupos e subgrupos. A partir daí, é observada a técnica utilizada no fabrico e decoração das porcelanas de modo a permitir a identificação dos centros produtores.

No estudo global foram triadas cerca de 1600 peças de porcelana das quais 399 foram incorporadas em catálogo. No que concerne à Fortaleza do Monte, foram triadas 335 peças, das quais foram estudadas 72 correspondendo exclusivamente a pratos.

Assim, e de acordo com a tabela tipológica, o **grupo 1** (Pratos) está seriado em 21 tipos. O conjunto exumado na Fortaleza integra cinco tipos (os tipos 5 e 7 incluem ainda subtipos) (Sabrosa, 2003, p. 47-49).

A descrição a seguir desenvolvida procura caracterizar, de forma sintética, os tipos presentes na Fortaleza.⁶



9. Prato representativo do tipo 2; fig.15, n.º 108.

Tipo 2

30 Exemplares: (fig. 9, n.º 108; N.º Inv. MFM 41) e (fig. 15, n.º 86 a 118)

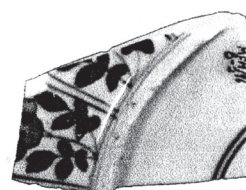
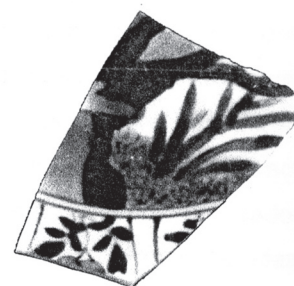
6. O resumo tipológico, como as imagens que ilustram cada tipo presente na Fortaleza do Monte, foi sintetizado por um de nós (C.A.), já que o Projecto de Investigação de 2003 inclui a descrição individual das 72 peças estudadas.

Prato de bordo simples em aba acentuadamente oblíqua, partindo de uma caldeira sub-arredondada assente em base, por norma convexa, com pé anelar introvertido.

O esquema decorativo, de qualidade pictórica muito pobre, segue o padrão clássico *Kraakporcelain*, com aba e caldeira tratadas como uma unidade. O medalhão central é emoldurado por duplo traço, com a temática Ming, que passa pela presença de gamos inseridos numa paisagem campestre.

Este tipo de prato "caracteriza-se por uma porcelana de segunda qualidade, ligeiramente mais pesada, acinzentada e porosa... Apresenta, quase sempre, concreções arenosas." (Sabrosa, 2003)⁷

Esta forma é classificada por Rinaldi como pertencente ao tipo V, com uma cronologia atribuída a 1640-45 (Rinaldi, 1989, p. 91).



10. Prato representativo do tipo 5 b; fig.16, n.º 159.

Tipo 5b

3 Exemplares: (fig. 10, n.º 159, N.º Inv. MFM 1118) e (fig. 16, n.º 159, 160, 161)

Prato tipicamente *Kraakporcelain* proveniente dos fornos de Jingdezhen. Porcelana branca, de excelente qualidade, com recortado em aba oblíqua, partindo de caldeira sub – arredondada, assente em base convexa de pé anelar introvertido.

Difere do **tipo 4** pelo duplo traço de separação dos painéis que segmentam a aba e a caldeira. Os painéis são preenchidos com pequenos e delicados conjuntos de flores. O medalhão central ocupa toda a superfície de fundo, destacando-se temas campestres inseridos num duplo círculo.

7. As características salientadas levam a questionar-se, em 2003, a sua produção nos fornos de Jingdezhen. São, entretanto, relacionadas com a porcelana de exportação produzida nos fornos de Zangzhon, (Capela, 2006).

Não se conhecem paralelos para os três exemplares de reduzidas dimensões da Fortaleza do Monte.



11. Prato representativo do tipo 7 a; fig.16, n.º 243.



12. Prato representativo do tipo 7 c; fig.16, n.º 266.

Tipo 7 a, b, c

34 Exemplares: **a**=25 (fig. 11, n.º 243; N.º Inv. MFM 1213) e (fig. 16, n.º 223 a 248); **b**=1 (fig. 16, n.º 255); **c**=8 (fig. 12, n.º 266; N.º Inv. MFM 879) e (fig. 16, n.º 259 a 266).

O **tipo 7** é um dos conjuntos mais representativos com 23,1% do total dos pratos. Os três subtipos apresentam características morfológicas idênticas, mas atributos decorativos ligeiramente distintos.

Pratos produzidos em Jingdezhen decorados a azul-cobalto, por vezes com tons acinzentados. Desenho de fino recorte, com utilização de diferentes tonalidades de azul. O bordo é levemente recortado e em aba oblíqua, com caldeira sub – arredondada.

O medalhão central geralmente com paisagem lagunar, com ave sobre rochedo e rodeada por flores.

O reverso do **subtipo a** apresenta painéis largos preenchidos com medalhões circulares ou ovais estilizados, separados por banda estreita decorada com *lingzhi* alongado. Profusamente presentes nas cargas do Witte Leeuw (1613) e no Hatcher Wreck I (1643) integram o

Tipo XI da tabela de Shangraw com cronologia proposta para 1610-1655 (Shangraw, 1997, p. 14).



13. Prato representativo do tipo 11; fig.16, n.º 282.

Tipo 11

1 Exemplar: (fig. 13 e fig. 16, n.º 282)

Prato de bordo recortado em aba oblíqua. Caldeira arredondada assente em base convexa com pé anelar introvertido.

Caracterizam-se pelo medalhão central largo que ocupa toda a superfície do fundo, delimitado por dois simples círculos ostentando paisagem lagunar com ave poisada num rochedo. Aba e caldeira são decoradas em unidade, compartimentadas em largos painéis abertos na base. O reverso é compartimentado em largos painéis onde estão inseridos medalhões ogivais estilizados, separados por bandas estreitas preenchidas com *lingzhi*.

Exemplar único neste estudo, este tipo de prato está presente na carga do Hatcher Werck I (1643), classificado como pertencente ao tipo XI, com cronologia proposta para 1630-1655 (Shangraw, 1997, p. 15).



14. Prato representativo do tipo 17; fig.16, n.º 327.

Tipo 17

1 Exemplar: (fig. 14 e 16 n.º 327)

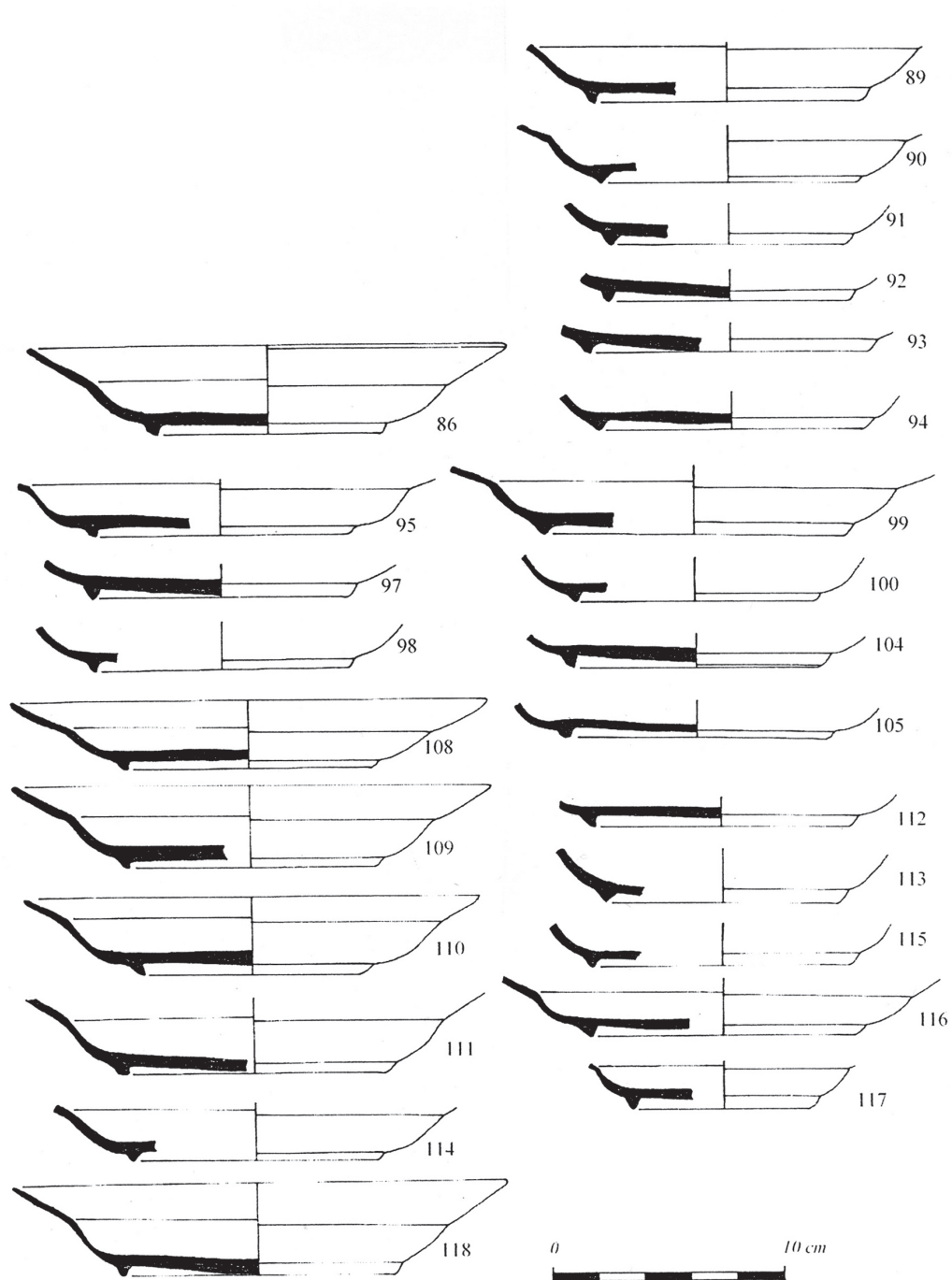
Porcelana fina, bordo direito e recortado, parede arredondada levemente em S, assente numa base convexa de pé anelar introvertido.

As superfícies são ricamente trabalhadas com motivos florais, organizando-se a decoração da caldeira em painéis interligados e preenchidos com delicados ramos de flores, tal como o medalhão central.

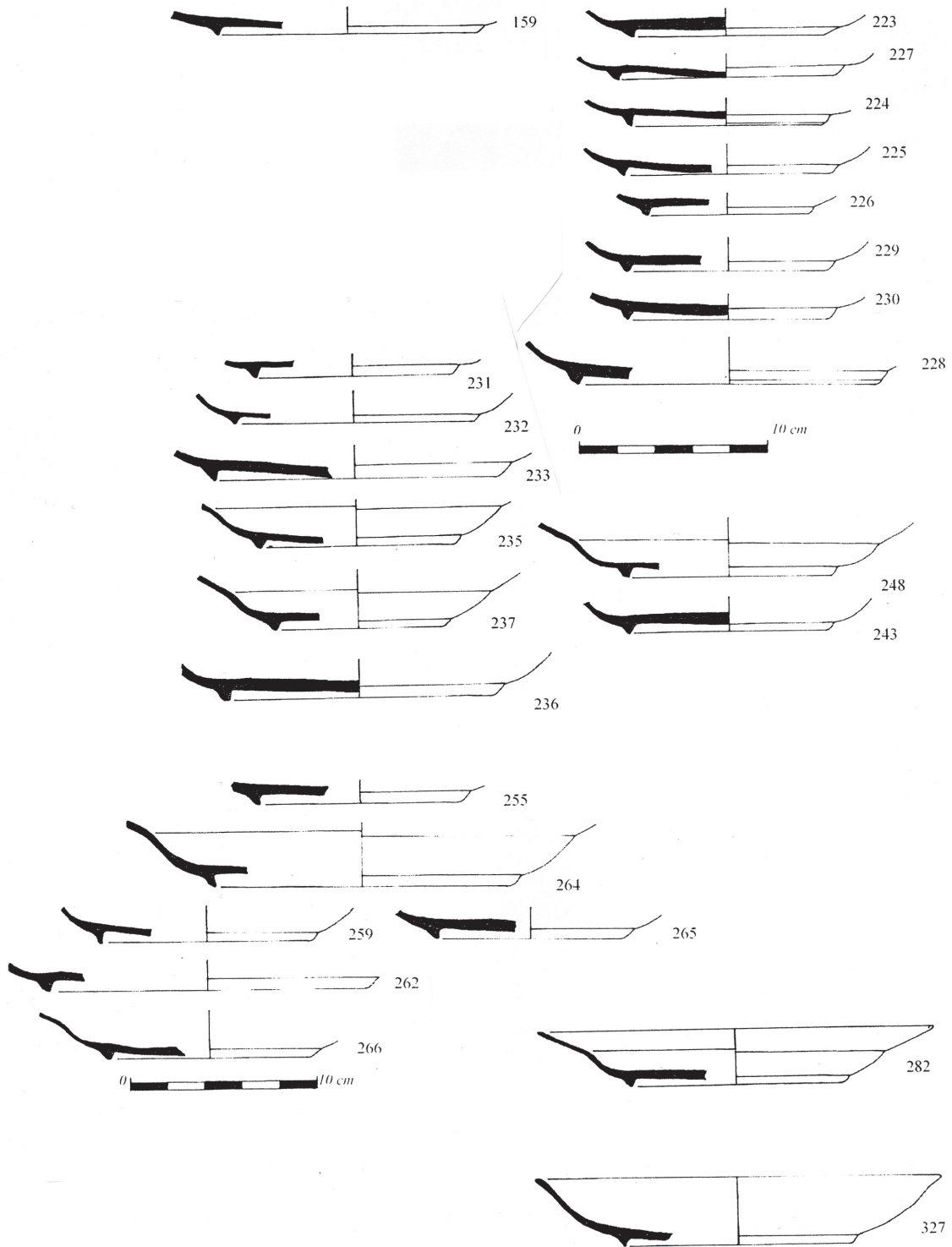
O reverso apresenta esquema semelhante, com os painéis encimados por objectos preciosos envoltos em fitas ondulantes.

A ausência de paralelos formais e decorativos leva a basear este exemplar único já da segunda metade do século XVII, na fase de transição para o reinado de Kangxi (1662-1723).⁸

⁸ Foi exumado, entretanto, um paralelo em Lisboa, no Palácio dos Condes de Penafiel, e publicado nestas actas por José Pedro Henriques.



15. Prancha do tipo 2 (n.º 86 a 118).



16. Prancha dos tipos 5 b (n.º 159, 160, 161); 7 a (n.º 223 a 248); 7 b (n.º 255); 7 c (n.º 259 a 266); 11 (n.º 282); 17 (n.º 327).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. *et alii* (1998) – Arqueologia de um naufrágio. *Nossa Senhor dos Mártires – A última viagem*. Pavilhão de Portugal/ Expo'98. Editorial Verbo, Lisboa, p. 183-215.
- AMARO, C. (1998) – O Colégio de S. Paulo e a Fortaleza do Monte. Intervenção e leitura arqueológicas. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 114-156.
- AMARO, C. e SANTOS, P. A. (2005) – *Acompanhamento Arqueológico do Edifício do Aljube: Remodelação do R/C e Cave*. Relatório de escavação.
- ANTUNES, L. P. (2000) – *Musealização de um Sítio Arqueológico – Programas e Projectos*, 1. Núcleo Medieval/Moderno de Almada Velha. Museu Municipal de Almada, Almada.
- CAÇÃO, A. (1998) – Unidades militares e militarizadas, sua história e ligação com a Fortaleza do Monte. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 96-113.
- CANEPA, T. (2006) – *Porcelana de Exportação de Zangzhon. A porcelana conhecida por: Swatow*. Lisboa, Jorge Welsh (catálogo).
- CARMO, A. (1994) – A Missão Portuguesa na China e em Macau. *Encontro de Culturas, oito séculos de Missionaçãõ Portuguesa*. Lisboa. Conferencia Episcopal Portuguesa, p. 299-303.
- CHAUDHURI, K. (1998) – O Estabelecimento no Oriente. *História da Expansão Portuguesa*. Volume 1. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 163-191.
- DIAS, P. (1998) – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço do Índico*. Círculo de Leitores.
- GARCIA, J. M. e LOUREIRO, R. (1994) – Os Jesuítas e a China. *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 21-35 (catálogo).
- HESPANHA, A. M. (1995) – *Panorama da História Institucional e Jurídica de Macau*. Fundação Macau.
- MAGALHÃES, J. R. (1998) – Articulações Inter-Regionais e Economias-Mundo. *História da Expansão Portuguesa*. Volume 1. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Círculo de Leitores, p. 308-337.
- MAGALHÃES, J. R. (1998) – *Na rota das especiarias*. Nossa Senhor dos Mártires – A última viagem. Pavilhão de Portugal/ Expo'98. Editorial Verbo, Lisboa, p. 115-121.
- MORENO, C. (1998) – Reutilização da Fortaleza do Monte como Museu. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 158-193.
- PAIXÃO, A. C. (1994) – Escavações arqueológicas na Igreja de S. Paulo (Igreja de Santa Mãe de Deus de Macau). *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 87-95 (catálogo).
- PEREIRA, F. A. B. (1994) – As Ruínas de S. Paulo: História e Arte. *As Ruínas de S. Paulo. Um Monumento para o Futuro*. Instituto Cultural de Macau. Missão de Macau em Lisboa, p. 63-85 (catálogo).
- PEREIRA, F. A. B. (1998) – A “Acrópole” de Macau. O Complexo Religioso, Cultural e Militar da Companhia de Jesus. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 14-58.
- PINTO, T. (1978) – *A Suma Oriental de... e o Livro de Francisco Rodrigues*. Leitura e Notas de Armando Cortesão. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- PIRES, B. V. (1994) – Reivindicação de S. Paulo do Monte pelos Jesuítas. *Os Jesuítas, Macau e a China, O Encontro Oriente/Ocidente*. *Revista de Cultura* nº21 (II Série) Outubro/Dezembro CM, p.22-27.
- RINALDI, M. (1989) – *Kraak Porcelain – a moment in the history of trade*. Bamboo Publishing Ltd, London.
- SABROSA, A. (1996) – *Pátio da Ameaça, Relatório Preliminar da Sondagem Arqueológica*. Gabinete do Museu de Macau. Macau, (texto policopiado).
- SABROSA, A. (2003) – *De Macau a Lisboa – Na Rota das Porcelanas Ming*. Instituto Cultural da REAM. Policopiado.
- SANTOS, D.M.G. (1994) – Macau, Primeira Universidade Ocidental do Extremo Oriente. *Os Jesuítas, Macau e a China, O Encontro Oriente/Ocidente*. *Revista de Cultura* nº21 (II Série) Outubro/Dezembro, CM, p. 5-21.
- SHANGRAW, C e PORTEN, E. (1997) – *Kraak Plate Design Sequence 1550-1655*. Drake Navigators Guild, San Francisco, California.
- SILVA, B. B. (1992) – *Cronologia da História de Macau, Séculos XVI-XVII*. Volume 1. Direcção dos Serviços de Educação. Macau.
- TANG, C e CHENG, W. (1996) – *Relatório das Escavações Arqueológicas de Hac-Sá, Coloane, Macau*.
- TEIXEIRA, M. e SILVA, B. B. (1998) – Protagonismo Histórico Militar e Civil da Fortaleza do Monte. *Um Museu em Espaço Histórico – A Fortaleza de S. Paulo do Monte*. Museu de Macau, p. 78-94.
- VALE, A. (2001) – *Relatório das escavações arqueológicas no Largo do Corpo Santo*. Lisboa, 2001. Suporte em CD.